



Anais da Assembléia

Nº 155

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 03 DE NOVEMBRO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO
1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG
2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA
1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO
2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA
3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE
4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB – Governo Deputado **ORLANDO PESSUTI**
PRN Deputado **NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS**
PFL Deputado **PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO**
PDT Deputado **PAULO MAIA**
PTB Deputado **ERONDY SILVÉRIO**
PSDB Deputado **ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI**
PT Deputado **FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)**
PL Deputado **JOSÉ COLOMBINO GRASSANO**
PST Deputado **GERALDO CARTÁRIO**

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Al-borghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antônio Cos-tenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Dullio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Mais-trovicz; **PDT - 06:** César Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Ormário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emani Pudell (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - • Lygia Lumina Pupatto - **Suplentes:** Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Caffo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Matos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo. - (•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

Ato da Presidência:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 006/92

DATA: 28 de outubro de 1992.

SÚMULA: Autoriza que o vice-Governador do Estado, Doutor MARIO PEREIRA, se afaste do País por 10 (dez) dias, conforme especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual, combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica autorizado o Doutor Mário Pereira, vice-Governador do Estado, ausentar-se do País, por 10 (dez) dias, que ficarão mediados no período de 30 de outubro a 30 de novembro próximos, com destino aos Estados Unidos da América do Norte, a fim de, em Washington-DC, comparecer às reuniões para negociações junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, de contrato de empréstimo para o Programa de Corredores de Transporte do Paraná.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 28.10.92.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 103ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 03 DE NOVEMBRO DE 1992
(TERÇA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado João Arruda, secretariada pelos Senhores Deputados Ademar Traiano e Oswaldo Trevisan.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Antônio Annibelli, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Djalma de Almeida César, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvêrio, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Bezerra, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (40). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Alceu Swarowski, Arlindo Troian, Basílio

Zanusso, Cezar Silvestri, Dirceu Manfrinato, Elio Rusch, Eurides Moura, Luiz Carlos Martins, Luiz Henrique Bona Turra, Neivo Beraldin, Orlando Pessuti e Rafael Greca de Macedo (12). Achando-se em licença os seguintes Senhores Deputados: Algaci Túlio e Carlos Simões (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (João Arruda) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETARIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

OFÍCIO Nº 047/92

Senhor Presidente.

Vimos, por meio do presente, levar ao vosso conhecimento que o Deputado Ernani Pudell substituirá o Deputado Ovídio Constantino na vaga do Partido dos Trabalhadores na COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Outrossim, informamos ainda, que o Deputado Ovídio permanecerá como suplente, na referida Comissão.

Sala das Sessões, em 03.11.92.

(a) DOUTOR ROSINHA

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1657

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 298/92, de nossa autoria, que determina a pesagem obrigatória de botijão e cilindros de gás liquefeito de petróleo - GLP - à vista do consumidor e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 03.11.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO Nº 1664

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos desta data, voto de pesar pelo falecimento do Senhor João Romanus.

Requer outrossim, que do presente seja dada ciência à família do extinto.

Sala das Sessões, em 03.11.92.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Morto aos 91 anos de idade, o Senhor João Romanus deixa como exemplo de vida, a sua dedicação e trabalho junto à natureza, pois foi pioneiro da apicultura no Paraná e Presidente, por muitos anos, da Associação Paranaense de Apicultura. Foi também Presidente do Sindicato Rural de Cerro Azul.

Portanto, merecedor desta justa homenagem desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO Nº 1165

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, a formação de uma Comissão Especial, composta por 05 (cinco) Deputados, para gestionar junto ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes ALBERTO GOLDMANN, a solução dos problemas das rodovias federais do Paraná.

Sala das Sessões, em 03.11.92.

(a) ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

Considerando as péssimas condições em que se encontram a maioria das estradas federais no Paraná e a completa falta de definição e informação quanto aos procedimentos que o Governo Federal pretende adotar para a solução dos problemas e, considerando, ainda, que a BR-476, trecho que liga São Mateus do Sul com a divisa de Santa Catarina, se apresenta impraticável, causando sérios transtornos e prejuízos a economia do Sul do Estado, que vimos fazer tal solicitação.

REQUERIMENTO Nº 1660

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Comando do Batalhão da Polícia Rodoviária do Estado, externando votos de congratulações à toda sua corporação, pelos seus 28 anos de existência, notadamente pelos relevantes serviços prestados na área de segurança rodoviária no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 03.11.92.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 1661

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Educa-

ção, objetivando a ampliação do Centro de Atendimento de Reeducação Visual da Escola Duque de Caxias, no município de Irati.

Sala das Sessões, em 03.11.92.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 1662

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação, solicitando a implantação de 01 Casa Familiar Rural, no município de Imbituva.

Sala das Sessões, em 03.11.92.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 1663

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação, solicitando a implantação de 01 Casa Familiar Rural, no município de Rebouças.

Sala das Sessões, em 03.11.92.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 1666

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o nobre Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Presidente da TELEPAR, Senhor Paulo Cordeiro, solicitando estudos para a instalação de um PS na localidade de Alagados, município de Ponta Grossa.

Requer que, da decisão, seja dada ciência ao Senhor HUMBERTO CORADASSI, à Rua Tenente Hinon Silva, 73 - CEP 84.010-140, em Ponta Grossa, Paraná.

Sala das Sessões, em 03.11.92.

(a) DALTON MACHUCA

JUSTIFICATIVA:

A localidade de Alagados, está situada no Km 30 da Rodovia que liga Ponta Grossa a Guarapuava, numa região de franco desenvolvimento econômico, havendo uma necessidade de expansão da telefonia, que beneficiaria inúmeros usuários que estão interessados em desfrutar desse serviço.

Por tratar de uma região onde predomina a agropecuária, uma vez atendido este pedido, por certo contribuirá ainda mais para o desenvolvimento e bem-estar dos seus habitantes, além de possibilitar os usuários a uma integração rápida com o mercado.

Projetos de Lei:

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a UNIAO DAS ASSOCIAÇÕES DE PONTA GROSSA - UAMPG, com sede e foro no Município de Ponta Grossa - Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.11.92.

(a) PLAUTO MIRO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A entidade objeto desta proposição, atende integralmente ao que dispõe a Lei nº 6994/78, que disciplina a matéria.

Conhecedores do alto espírito público e humanitário desta, que vem de encontro aos interesses de todas as Associações de Moradores de distritos, bairros, vilas, favelas, conjuntos habitacionais e núcleos da cidade de Ponta Grossa, solicitamos o apoio dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 321/92

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Senhor JOÃO EDEGAR BANDEIRA DE ASSIS.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.11.92.

(a) ERONDY SILVERIO

JUSTIFICATIVA:

Conforme o currículo pessoal anexo, o Senhor João Edegar Bandeira de Assis tem um largo histórico de realizações profissionais e cívicas em prol da comunidade paranaense, honrando o nosso Estado e se fazendo merecedor da lãurea de Cidadania Benemérita.

Natural de Curitiba, onde nasceu a 02 de agosto de 1936, filho de Francisco e Sofia Bandeira de Assis, João Edegar diplomou-se em vários cursos pela Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, como professor de Educação Física; pela Fundação de Estudos Sociais do Paraná, como bacharel em Ciências Contábeis e pela Faculdade Tuiuti, como professor de pedagogia, além de ter cursado a Universidade Federal do Paraná, na área de Educação Física e Medicina do Trabalho e como técnico de futebol de campo; e tendo se diplomado no Curso de Medicina Esportiva do Rio de Janeiro.

João Edegar Bandeira de Assis, apresenta curriculum pessoal extremamente vas-

to.

Iniciou sua formação atlética e desportiva já aos 8 anos, como gandula da Federação Paranaense de Futebol até os 14 anos, quando fica por 12 meses no Torino de Santa Catarina como jogador juvenil de futebol da A. A. Cambaense, do Coritiba Futebol Clube nas categorias Juvenil e Profissional da qual sagrou-se campeão Tri-Juvenil e Aspirante a Profissional no ano de 1956. Salientam-se suas habilidades desportivas como Campeão Panamericano de Futebol Amador em Santiago do Chile, Campeão da Corrida do Facho da 5ª RM pelo Quartel General, quando deu saída à corrida pequenas unidades em 1955, bem como sendo Campeão Universitário nas corridas de 100-200-400m, pela Escola de Educação Física do Paraná.

No que tange à sua formação profissional, há que salientar sua experiência como jogador de futebol profissional em vários clubes, tais como: Coritiba Futebol Clube, C.N. Almirante Barroso S.C., C.A. Ferroviário do Paraná e Britânia S.C. Paraná, nos períodos de 1955 a 1960.

Começava na R.V.P.S.C. e R.F.F.S.A. como Auxiliar de Escriturário, no período de 1959 a 1964, demitindo-se como professor e instrutor de ensino. Foi professor na cadeira de Futebol na Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, bem como professor adjunto da Universidade Federal do Paraná, aposentando-se em abril de 1992. Professor de Futebol (convênio Federação Paranaense de Futebol e U.F.PR) e curso de arbitragem nos anos de 1984 a 1987.

Atuou como comentarista de rádio e televisão nas Rádios Capital e Globo e Televisão Iguazu. Sócio-proprietário da JEBA Transportes de Cargas e Valores, JEBA Propaganda e Promoções, JEBA Representações Comerciais e JEBA Especialização e Prevenção de Acidentes de Trabalho.

No que diz respeito a sua formação religiosa e social, João Edegar, foi grande batalhador na construção da Igreja de Santo Agostinho, no bairro do Ahu de Baixo, onde é seu líder comunitário e religioso, sendo também ministro extraordinário desta igreja, palestrante dos cursos de batismo, de noivos, catequese, diretor de festas e promoções do Conselho Paroquial da Igreja. Rotariano pertencente ao Club Curitiba Oeste, do qual é presidente da Avenida de Serviços da Comunidade, ainda Presidente da Fundação da Amizade Rotariana; "dando de si, sem pensar de si".

Foi sócio fundador do Clube Santa Mônica de Praia, Sócio nº 36 do Clube Santa Mônica de Campo, sócio remido dos clubes: C.A. Ferroviário, Juventus, Coritiba F.C., Morgenau e Círculo Militar do Paraná.

Sua contribuição como professor de

Curitiba, terça, em 03.11.92

Educação Física ao longo dos 40 anos de profissão, fazem dele uma pessoa querida e estimada em nossa sociedade. Suas obras são fontes de inesgotáveis consultas escolares, são elas: Enciclopédia Ilustrada para Educação Física (Co-autor - 1979), Educantôgrafo-pranchas audiovisuais (Co-autor - 1981), Futebol - Volume I (1989) e Enciclopédia Ilustrada dos Desportos (32 volumes - 1990).

Há que se salientar que João Edegar recebeu as honrarias e títulos a seguir mencionadas: medalhas Avelino Vieira - Ouro e Prata (Rotary Curitiba, Oeste); medalha e título Paul Harris, recebimento por mérito Rotary Oeste; Chefe da Delegação Paranaense de Judô, participante do 5º Campeonato Brasileiro de Judô em Belo Horizonte - MG; representante dos ferroviários da Região Paraná - Santa Catarina e Rio Grande do Sul no Campeonato Panamericano de Futebol em Santiago - Chile (1964), Presidente do Diretório Francisco Mateus Albizv, no período de 1965 a 1966. Foi Diretor de Futebol da Federação Paranaense Universitária (1963) e coordenador do curso de Educação Física da Universidade Federal do Paraná (1975). Recebeu o título de Cidadão Honorário da Cidade de São Bento - Santa Catarina.

Por todos estes relevantes papéis desempenhados por João Edegar Bandeira de Assis, o título de Cidadão Benemérito do Paraná lhe será concedido por direito e reconhecimento pelos serviços que prestou e que ainda virá a prestar ao nosso querido Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 322/92
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O art. 1º, da lei nº 9.320, de 11/07/90, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica criado o Município de Santa Maria do Oeste, desmembrado do Município de Pitanga, com as seguintes divisas:

Tem como ponto inicial e final a foz do Rio da Prata no Rio Cantu. Do ponto inicial, sobe pelo Rio Cantu até a sua nascente; deste ponto segue por linha seca no divisor de águas da Serra de Pitanga (divisa do imóvel Tigre com a gleba 3 - Rio Feio) até a nascente do Rio Marrequinha. Deste ponto segue por linha reta e seca até alcançar o Rio dos Pocinhos; desce pelo Rio dos Pocinhos até a sua foz no Rio Araguaí; desce por este até interceptar a Estrada Santa Maria - Saudade; segue por esta até a divisa com o Município de Turvo na ponte sobre o Rio Bonito; sobe por este até a sua nascente; deste ponto

segue rumo Noroeste por linha reta e seca (divisa intermunicipal com Turvo) até a nascente do Rio Caçador ou Baú; desce por este até sua foz no Rio Piquiri; desce por este até a foz do Rio Logrador (divisa intermunicipal com Guarapuava e Cantagalo); sobe por este até a sua nascente (divisa intermunicipal com Palmital); deste ponto segue em linha reta e seca até encontrar a nascente do Arroio Seco; desce por este até sua foz no Rio Caveira; desce por este até sua foz no Rio da Prata; desce por este até o Rio Cantu (divisa intermunicipal com Palmital), ponto inicial e final".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.11.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O escopo do projeto de lei que ora apresentamos prende-se ao fato de o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - I.B.G.E. ter enviado o Ofício DGC/DETRE nº 039/set/92 (em anexo), solicitando correção dos limites territoriais do município de Santa Maria do Oeste.

Segundo o I.B.G.E., a Lei nº 9320, de 11/07/90, que criou o Município de Santa Maria do Oeste, ao definir seus limites, gera incoerências cartográficas, dificultando o traçado polígono definidor da área.

PROJETO DE LEI Nº 323/92
AUTORIZATIVO

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Súmula: Autoriza o Poder Executivo Estadual a isentar as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais do Estado do Paraná, de pagar as taxas mensais, relativas ao consumo de energia elétrica e água, cobradas pela SANEPAR e COPEL.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual, autorizado a isentar as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais do Estado do Paraná, de pagar as taxas mensais, relativas a consumo de energia elétrica e água, cobradas pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, e a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor após a sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.11.92.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

E notório, as inúmeras dificuldades

pelas quais passam as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais do nosso Estado, vivendo muitas delas, de contribuições voluntárias por parte de verdadeiros amigos.

Desenvolvem no seio de nossa sociedade um papel filantrópico e sem fins lucrativos da maior relevância, acolhendo e cuidando com carinho especial dos nossos deficientes. Seria de tamanho menor, que os Senhores Deputados, bem como o Poder Executivo, acolhessem esta medida paliativa, com vistas a minimizar as dificuldades daquelas importantes entidades filantrópicas.

Seria um momento ímpar, demonstrarmos o nosso sentimento de respeito e amizade fraterna, com aqueles que realmente necessitam.

O SR. PRESIDENTE (João Arruda) - Passamos de imediato ao Pequeno Expediente, concedendo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

É uma satisfação muito grande de ver que o Paraná, a partir deste final de semana, começou a colocar em prática nas principais subdivisões policiais do Paraná - cito um exemplo: Londrina, Cascavel, Foz do Iguaçu, Maringá e começando por Curitiba - um sonho que eu gritei nesta tribuna 4 anos atrás.

Um sonho que eu volto a esta tribuna e se lembra o Deputado Costenaro, lembra-se o Deputado Djalma, a minha luta na legislação passada. Quantos e quantos requerimentos eu enviei ao Secretário Noronha, quantos e quantos expedientes saíram do meu gabinete atravessando esta Casa e chegando até o Palácio Iguaçu e implorava que se fosse criado no Estado do Paraná uma delegacia de auxílio às famílias que tinham passado por crimes violentos no Paraná. Uma delegacia de amparo às vítimas de crimes violentos para que o cidadão que tivesse a sua casa assaltada, a sua família assassinada, violentada nos seus direitos, na sua simplicidade. Ela tem medo do Poder Judiciário. Ela tem medo de adentrar o Fórum. Ela tem medo do Juiz, do Promotor e, a mesma coisa acontece em relação a polícia-comunidade, comunidade-polícia.

O cidadão tem medo pela sua humildade. As vezes ele é analfabeto, ele é simples, ele tem medo de chegar na delegacia de polícia e dizer: "meu filho foi assassinado, o marginal está preso, eu quero saber quais são os meus direitos? Aonde devo ir? A que porta devo bater para receber a orientação de um advogado? De uma Psicóloga? De uma Assistente Social?"

E nós não temos isso em nenhuma Delegacia no Estado do Paraná e na totalidade das Delegacias de Polícia e na Nação Brasileira. E esta semana, para felicidade minha, o Governo do Paraná inaugurou - não uma Delegacia - mas um setor. Eu estou feliz porque é uma luta de anos. Há quatro anos atrás eu apresentei um Projeto criando esta Delegacia e foi uma guerra que travei com o Deputado Nereu Massignan nesse Parlamento. Foi uma guerra que travei com ele e outros Deputados, porque era inconstitucional. Depois transformei o Projeto como autorizatório, depois resolvi tirá-lo de pauta para que fosse criado esta delegacia no Paraná.

E neste final de semana, para minha satisfação, foi inaugurado na Capital do Paraná, foi inaugurado em Curitiba o setor de atendimento às famílias que tenham passado por crimes violentos.

Eu fiquei feliz Senhores, porque agora, se os Senhores puderem conhecer, vamos lá conhecer, vamos ver todo sistema que foi instalado. A única coisa que estou elaborando é um expediente agora, que não há necessidade de passar por aqui, estou encaminhando expediente ao Diretor Geral da Polícia Civil do Paraná, ao qual rendo as minhas homenagens.

Há necessidade, apenas, de termos lá dois ou três advogados, duas psicólogas, duas assistentes sociais.

Há necessidade de levarmos imediatamente esse setor para Londrina, e Londrina atender toda nossa microrregião, levarmos para Cascavel, levarmos para Paranaguá, levarmos para União da Vitória, levarmos para todas as microrregiões, para que a família que não tenha... guarida, que tenha passado por um crime violento, ela possa, Deputado Colombino, ela possa chegar na Delegacia, nesse setor - ser criado em Ivaiporã, Deputado Paulo Maia, porque Ivaiporã congrega uma vastíssima região no Estado do Paraná - a família vai chegar neste setor vai ter uma Assistente Social para orientá-la, vai ter uma Psicóloga para orientá-la, vai ter um Advogado pago pelos cofres do Governo para orientá-los.

Isto para mim é importante no Estado do Paraná, porque o rico, Deputado, quando precisa da Polícia, naturalmente já vai acompanhado dos seus advogados. Agora, a família pobre, quando é violentada nos seus direitos, é rasgada nos seus direitos e não tem a quem socorrer, tem medo da polícia, não sabe adentrar numa delegacia de polícia. Há necessidade de fazer com que esse setor - após algumas horas de conversa que tive com o Diretor Geral da Polícia Civil do Estado do Paraná - há necessidade de se humanizar mais a polícia, para que aquele que tenha sido violentado nos seus direitos, adentre esse setor, se-

Curitiba, terça, em 03.11.92

ja recebido com carinho, com respeito, com dignidade, e sem distinguir a classe social; se ele é rico, se é negro, se é católico, se é evangélico, se é espírita, de qualquer cor, de qualquer credo ou de qualquer raça.

Então, eu só peço a Deus que ilumine as autoridades que estão coordenando a Polícia Civil do Paraná, que realmente este setor venha a funcionar, que a família brasileira do meu Estado que tenha passado por alguma forma de violência e não sabe como está o inquérito policial - às vezes ela não sabe o que é um inquérito policial, às vezes ela não sabe como é que ela vai acompanhar este inquérito e ela tem o direito de acompanhar o inquérito, às vezes ela sente-se tolhida nos seus direitos - e então agora ela pode ir a esse setor, adentrar no setor, ser recepcionada, - pode ser a mãe preta, a mãe negra, qualquer cor, pode ser uma favelada, pode morar numa cabana ou num palácio - mas igualmente, chegar lá e dizer: "Eu passei por uma forma de violência muito grande na minha vida. Meu filho foi assassinado, um ente querido foi assassinado, eu sei que o bandido está na cadeia, mas eu queria ver o inquérito".

Então, imediatamente a Assistente Social vai encaminhá-la ao advogado, o advogado vai falar com o escrivão, com o delegado, esta senhora vai ter a orientação necessária para que ela possa sair de lá convicta de que foi atendida como um ser humano, ela vai ter o direito de acompanhar o inquérito. E o advogado vai explicar, quando houver o julgamento: "a senhora poderá ter um advogado de acusação ou ter um advogado de defesa."

Isto foi instalado, Srs. Deputados, isto foi instalado - V.Exa. é advogado, Deputado Nelson Justus - isto foi instalado neste final de semana na Capital...

Eu gostaria que isto fosse para Londrina, para Arapongas, para Jandaia, eu gostaria que fosse para todos os municípios do Estado do Paraná. Isto é caminhar para o ano 2000. Nós precisamos fazer com que este Governo tenha idéias para caminhar para a frente. Nós temos que revolucionar a segurança da família brasileira no Paraná. Nós temos que revolucionar a Polícia Civil do Estado do Paraná. Nós temos que fazer com que a Polícia Militar também caminhe de encontro ao seu grande destino.

E é muito importante, Srs. Deputados, o que foi inaugurado esta semana no Estado do Paraná, seja eu aqui um opositor ao Governo do Estado, seja eu aqui um Deputado que faço as minhas críticas, quando de direito, ao Sr. Governador do Estado do Paraná. Mas hoje venho aqui parabenizá-lo e dizer que a área de segurança pública do

Paraná ganha um grande setor e este setor é de fundamental importância para Umuarama, para Toledo, para Foz do Iguaçu, para Ponta Grossa, para Maringá, para o Vale do Ivaí, para o oeste, para o sudoeste.

Este setor é muito importante, não para o rico que tem dinheiro para constituir o seu advogado, não para o rico que tem dinheiro para constituir a sua psicóloga, não para o rico que tem dinheiro para constituir a sua assistente social. Isto é importante para Cornélio Procópio, Deputado Trevisan.

Isto é importante para quem? Para as camadas menos favorecidas hoje no Estado do Paraná.

De parabéns a Polícia Civil do meu Estado.

Muito obrigado, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Heinz Herwig) - Não há oradores inscritos no Grande Expediente.

Passamos ao Horário das Lideranças.

Não há oradores inscritos para o Horário das Lideranças.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 047/92, subscrito pelo Senhor Deputado Doutor Rossinha, na qualidade de Líder do PT, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado que substituirá outro Senhor Deputado na vaga deste Partido na Comissão de Constituição e Justiça. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 129/92, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Santa Tereza do Oeste, com sede e foro no Município. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 59 de 13.05.92).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 129/92

AUTOR: Deputado Dobrandino da Silva

P A R E C E R:

Ao recepcionar o Projeto de Lei nº 129/92, de autoria do Nobre Deputado Dobrandino da Silva, da Comissão de Constituição e Justiça, que encontrava-se em diligência com o mesmo, cumpre-me assentar que os requisitos do ponto de vista legal foram preenchidos. Neste sentido, encontra-se o plano de Lei em tela, em condições de ser apreciado por esta Comissão.

O nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 27.10.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 175/92, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública o Lar Batista Esperança, com sede e foro no Município de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 85 de 11.06.92).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 175/92

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Cleiton Kielse, tem por finalidade, o dito Projeto de Lei, declarar de Utilidade Pública o Lar Batista Esperança, com sede e foro no Município de Curitiba.

O Projeto está elaborado e justificado em acordo com as disposições contidas no Regimento Interno desta Casa, bem como as Leis nº 6.994 e 8.589, que tratam das normas para declaração de Utilidade Pública.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 26.10.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

PLAUTO MIRO GUIMARÃES - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 223/92, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que autoriza o Departamento de Estradas e Rodagem a contratar diretamente, serviço de mão-de-obra volante - bôia-fria, para realização de obras de manutenção. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J. e

FAVORÁVEL da C.O.P.T.C.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 117 de 18.08.92)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 223/92

AUTOR: Deputado Nelson Garcia

P A R E C E R:

Tenho a satisfação de recepcionar da douta Comissão de Constituição e Justiça, para fins de parecer, o Projeto de Lei nº 223/92, de autoria do nobre Deputado Nelson Garcia, o qual versa, sobre autorização ao Departamento de Estradas e Rodagem, a contratar sem licitação, serviços de mão-de-obra volante - bôia-fria, para realização de obra de manutenção, nas Rodovias do Estado do Paraná.

Indubitavelmente, a intenção do nobre Deputado é de relevante cunho sócio-econômico, face o quadro caótico pelo qual atravessa os trabalhadores de uma forma em geral, notadamente os desempregados.

Ao analisar os aspectos constitucionais e legais, verifica-se que a presente proposição de Lei em seu Artigo 1º.

"Fica autorizado a contratação, sem licitação, pelo Departamento de Estradas e Rodagem, de serviço de mão-de-obra e manutenção das rodovias estaduais, pavimentadas ou não."

e de forma indelével, afronta os incisos nºs XX, XXI e XXII, do Art. 27 da Constituição Estadual, bem como o Artigo 2º e inciso II do Artigo 6º do Decreto-Lei nº 700/91, que regulamenta as licitações públicas no Estado do Paraná.

Neste sentido, não há como prosperar o presente plano de lei, face a sua inconstitucionalidade e ilegalidade.

E o parecer.

Sala das Sessões, em 22.09.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 223/92

AUTOR: Deputado Nelson Garcia

P A R E C E R:

Após a análise do Projeto de Lei nº 223/92 de autoria do nobre Deputado Nelson Garcia, o qual em resumo autoriza o Departamento de Estradas e Rodagem a contratar diretamente serviço de mão-de-obra volante (Bôia-fria) para realização de obras de manutenção, concluimos que:

1 - O objeto do presente Projeto de Lei sem dúvida vem de encontro aos interesses daquele Departamento haja vista a série de benefícios técnicos e operacionais que advirão com tal facilidade de

contratação.

2 - Considerando a atual crise de empregos, principalmente em áreas rurais, são evidentes os benefícios sociais agregados.

3 - O art. 2º incluindo-se o Parágrafo Único, deve ser compatibilizado com o disposto no art. 27 inciso IX letra "B" da Constituição do Estado do Paraná.

4 - O art. 3º ao nosso ver deve ser reconsiderado pois de uma forma ou de outra sempre haverá necessidade de um vínculo empregatício com os contratados.

Nestes termos, somos de parecer favorável a tramitação do presente Projeto nesta Casa de Leis.

E o parecer.

Sala das Sessões, em 27.10.92

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente
HEINZ HERWIG - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 258/92, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Amélia, com sede e foro no Município de Piraquara-PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 136 de 23.09.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 258/92

PROTOCOLO: nº 7.434/92

SOMULA: Declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Amélia, de Piraquara.

AUTOR: Deputado Neivo Beraldin

P A R E C E R:

O autor deseja declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Amélia, com sede no Município de Piraquara, neste Estado e junto documentação hábil, levando-nos a opinar favoravelmente à sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 26.10.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 268/92, de autoria do Deputado José Tavares, Concessão de Título de Cidadania Honorária ao Senhor Justino Alves Pereira. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 139 de 08.10.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 268/92

P A R E C E R:

De autoria do Deputado José Tavares, visa o Projeto de Lei em análise a concessão de título de Cidadania Honorária do Paraná ao Senhor Justino Alves Pereira. Quanto ao mérito, não há qualquer reparo a

ser feito, face à notoriedade dos relevantes serviços prestados ao Estado do Paraná pelo homenageado.

Assim sendo, manifesto meu parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 268/92.

Sala das Comissões, em 26.10.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
NILTON BARBOSA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 271/92, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Central de Serviços de Alcoólicos Anônimos do Paraná - CENSAAPAR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 140 de 13.10.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 271/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do nobre Deputado Luiz Carlos Martins, visa declarar de Utilidade Pública a "Central de Serviços de Alcoólicos Anônimos do Paraná - CENSAAPAR", com sede e foro na Cidade de Curitiba-Paraná.

Esta Comissão de Constituição e Justiça não encontrou qualquer óbice de caráter legal, regimental ou constitucional que pudesse opor a normal tramitação do Projeto por esta Casa de Leis. A documentação está correta de acordo com a Lei nº 6.994.

Opinamos pela sua aprovação e tramitação normal.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 26.10.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
OSWALDO TREVISAN - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 279/92, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública o Grupo Ecológico Campos Gerais. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 140 de 13.10.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 279/92

PROTOCOLO nº 7.810/92

SOMULA: Declara de Utilidade Pública o Grupo Ecológico Campos Gerais.

AUTOR: Deputado Plauto Miró Guimarães

P A R E C E R:

O autor juntou toda a documentação necessária e pretende declarar de Utilidade Pública o Grupo Ecológico Campos Gerais.

Opinamos favoravelmente à sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 26.10.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento nº 1664 de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1657 de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1660, 1661, 1662 e 1663 de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1666 de autoria do Senhor Deputado Dalton Machuca, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1665 de autoria do Senhor Deputado Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 04, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 129, 175, 223, 258, 268, 271 e 279/92.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE FINANÇAS

- 12ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de outubro de um mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se ordinariamente na sala de reuniões das Comissões, a Comissão de Finanças, presidida pelo Senhor Deputado Lourenço Fregonese, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Garcia, Dirceu Manfrinato, Paulo Maia e Alceu Swarowski. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 215/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 059/92. Relator: Deputado Dirceu Manfrinato. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 265/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 75/92. Relator: Deputado Dirceu Manfrinato. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 264/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 74/92 - Relator Deputado Alceu

Swarowski. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 266/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 76/92. Relator: Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim, Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

- 12ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de outubro de um mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se extraordinariamente na sala de reuniões das Comissões, às 17:00 horas, a Comissão de Finanças, presidida pelo Senhor Deputado Lourenço Fregonese, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Maia, João Iensen e Dirceu Manfrinato. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 261/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 075/92. Relator: Deputado Paulo Maia. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim, Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

- 12ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de outubro de um mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se ordinariamente na sala de reuniões das Comissões, a Comissão de Finanças, presidida pelo Senhor Deputado Lourenço Fregonese, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Maia, Alceu Swarowski, João Iensen e Renato Adur. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 212/92, de autoria do Deputado Domingos Carvalho. Relator: Deputado João Iensen. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 257/92, de autoria dos Deputados Ovídio Constantino e Lygia Puppato. Relator: Deputado Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim, Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

12.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 9.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de outubro de um mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se extraordinariamente na sala de reuniões das Comissões, a Comissão de Finanças, presidida pelo Senhor Deputado Lourenço Fregonese, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Alceu Swarowski, Nelson Garcia e Renato Adur. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 307/92, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça. Relator Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 285/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 79/92. Relator Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 306/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 84/92. Relator Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 283/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 81/92. Relator Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 303/92, de autoria do Tribunal de Contas do Estado. Relator Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 305/92, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça, Relator Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 07) Projeto de Lei nº 300/92, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado. Relator Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 08) Projeto de Lei nº 299/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 83/92. Relator Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, COM A EMENDA MODIFICATIVA apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça. 09) Projeto de Lei nº 301/92, de autoria do Tribunal de Contas. Relator Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, COM A EMENDA MODIFICATIVA apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça. 10) Projeto de Lei nº 304/92, de autoria do Tribunal de Contas. Relator Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 11) Projeto de Lei nº 302/92, de autoria do Tribunal de Justiça. Relator De-

putado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim, Wilson Penka, Secretário da Comissão. Antes de encerrar a reunião o Senhor Presidente determina que seja registrado em Ata, que o Senhor Deputado Paulo Maia não pôde participar da reunião, pois já havia assumido compromissos anteriores. Está encerrada a reunião.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

12.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 8.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de outubro de um mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se ordinariamente na sala de reunião das comissões, a Comissão de Finanças, presidida pelo Senhor Deputado Lourenço Fregonese, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Alceu Swarowski, Paulo Maia, Renato Adur e Nelson Garcia. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 198/92, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier. Relator Deputado Alceu Swarowski. Parecer FAVORÁVEL com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 239/92, de autoria do Deputado Eurides Moura. Relator Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 308/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 88/92. Relator Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 312/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 086/92. Relator Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 284/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 82/92. Relator Deputado Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 310/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 87/92. Relator Deputado Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 07) Projeto de Lei nº 309/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 78/92. Relator Deputado Paulo Maia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 08) Projeto de Lei nº 311/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 85/92. Relator Deputado Paulo Maia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 09) Projeto de Lei nº 143/92, de autoria do Deputado Rafael Greca de Macedo. Relator Deputado Lourenço Fregonese, informando que este Projeto será transformado em diligência junto à Companhia de Saneamento do Paraná-

SANEPAR, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, para que a mesma proceda a apreciação e manifeste seu parecer acerca dos aspectos da matéria. DEFERIDO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após

lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) LOURENÇO FREGONESE
Presidente
WILSON PENKA
Secretário